SITUAÇÃO DE SAÚDE E CONDIÇÕES DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS MAGISTRADOS TRABALHISTAS DO BRASIL

Primeiros Resultados

Profa Dra Ada Ávila Assunção

Brasília, 25 de maio de 2011.



SÌNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

O real só responde ao que lhe é perguntado

Bachelard (1971)

Esta pesquisa tem o formato de um inquérito. Survey, encuesta, enquête ou inquérito são estudos descritivos ou analíticos interessados em abordar diversos aspectos relacionados ao estado de saúde em amostras representativas de uma determinada população.

Há algumas décadas, diversos países, incluindo o Brasil, passaram a realizar periodicamente inquéritos de saúde de base populacional, nos quais são coletadas simultaneamente informações sobre a situação de saúde, as condições de vida e a utilização dos serviços de saúde. Tome-se o exemplo do VIGITEL (Vigilância de Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico) atuante, desde 2006, em todas as capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal.

Contudo, os inquéritos atuais expandiram a abordagem a fim de adequar-se à evolução do padrão de morbidade, de maneira a incluir sintomas, queixas e circunstâncias sociais de exposição, que podem ser relatadas, a despeito de diagnósticos médicos, pelos sujeitos.

Os inquéritos permitem também conhecer as exposições às circunstâncias nocivas por meio das respostas dos informantes e da identificação das características de grupos específicos da população ou de toda a população de uma determinada região geográfica. A vantagem de se estudar grupos específicos, como é o caso de que



trata este Relatório, é capturar eventos e condições que dizem respeito às dimensões localizadas e situadas.

Condições de trabalho configuram o núcleo de vários inquéritos destinados a promover a saúde de grupos populacionais específicos. As informações provenientes das declarações dos próprios trabalhadores permitem identificar circunstâncias reais vivenciadas por eles. As questões, principalmente, aquelas que compõem instrumentos já validados (*Self Reporting Questionnaire*, por exemplo) recorrem a múltiplas perguntas cujo escore permite rastrear uma morbidade (transtornos mentais comuns, por exemplo).

Tais informações não portam a precisão de medidas de laboratório, mas apesar disso constituem indicadores pertinentes de uma realidade difícil a apreender por meios considerados mais objetivos e diretos. Se as percepções dos sujeitos influenciam as respostas, nem por isso podem ser consideradas "meras" opiniões. Ao contrário, os dados recolhidos apresentam um valor informativo inestimável.

O Inquérito UFMG sobre a Situação de Saúde e Condições do Exercício Profissional dos Magistrados Trabalhistas utilizou de categorias freqüentemente avaliadas nos inquéritos conhecidos nos últimos anos, sendo eles: proteção e suporte social, condições e satisfação no trabalho, saúde geral e saúde mental. As análises que originaram os resultados apresentados a seguir permitiram descrever as situações de saúde e as condições de trabalho dos magistrados trabalhistas que foram convocados pela ANAMATRA a responderem o questionário disponível em um site independente.



A hipótese orientadora dos objetivos e das perguntas dirigidas aos entrevistados foi baseada nos conhecimentos recentes da literatura especializada sobre a inserção dos profissionais em serviços humanos (a prestação de serviços judiciários, por exemplo). Nesse âmbito, sabe-se que os profissionais podem se sentir fracassados e impotentes diante de sua missão. Conflitos éticos e morais estão presentes nas contradições entre a missão e as regulações burocráticas que operam os serviços de caráter público. Se, por um lado, é possível a gratificação, satisfação e envolvimento com o trabalho cujo produto é *fazer a justiça*, por outro, estão bem descritos os sentimentos de aversão ao trabalho, com forte associação aos achados de percepção negativa sobre a própria saúde mental¹.

A literatura especializada afirma que os profissionais dos serviços humanos sentem-se tão infelizes quanto os seus clientes, mais esgotados com o trabalho e mais insatisfeitos quando comparados aos trabalhadores de escritório. Estudos realizados em outros países indicam que há uma relação direta entre o aumento de fatores estressantes no trabalho e níveis elevados de fadiga, alterações do sono, problemas depressivos e consumo de medicamentos. Notar que tais fatores foram declarados por uma expressiva porcentagem dos magistrados da amostra.

¹ A prevalência (32,2%) de magistrados em risco de apresentar transtornos mentais encontrada na amostra foi muito superior àquela encontra em estudos realizados em outras populações: 23,7%, 26% e 14% entre os médicos do serviço público de BH, médicos de Salvador (Brasil) e médicos Nigerianos, respectivamente. Prevalência mais elevada, 50,3%, foi encontrada na amostra de professores do ensino fundamental na rede municipal de BH.



Foram minuciosamente estudadas as condições de trabalho existentes na atualidade, e as exposições a eventos e situações, sendo elas, as seguintes: Vivência de situação agressiva, Controle sobre o trabalho, Demandas físicas, Demandas psicológicas e emocionais, Apoio social, Recompensas obtidas no trabalho, Satisfação no trabalho, Conforto no trabalho, Características do ambiente de trabalho.

O estudo se orientou por todos os preceitos éticos e foi controlado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais, tendo sido oferecido a todo magistrado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido no momento de acesso ao site da pesquisa.

O delineamento da pesquisa contou com a motivação, interesse e suporte da ANAMATRA. Contudo, a confecção do banco de dados, tratamento e análise a fim de gerar as informações que constituem o objeto do presente Relatório foram realizados sob total independência da autora.

Profa Dra Ada Ávila Assunção. Professora da Faculdade de Medicina da UFMG. Pesquisadora do CNPq. Doutora em Ergonomia pela École Pratique des Hautes Études (Paris). Pós-doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública (FIOCRUZ-RJ).





UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS COMITÉ DE ÉTICA EM PESQUISA - COEP

Parecer nº. ETIC 0406.0.203.000-10

Interessado(a): Profa. Ada Ávila Assunção Departamento de Medicina Preventiva e Social Faculdade de Medicina - UFMG

DECISÃO

O Comité de Ética em Pesquisa da UFMG – COEP aprovou, no dia 24 de novembro de 2010, após atendidas as solicitações de dilgência, o projeto de pesquisa intitulado "Diagnóstico de saúde e das condições do exercício profissional no setor judiciário" bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O relatório final ou parcial deverá ser encaminhado ao COEP um ano após o inicio do projeto.

> Profa. Maria Teresa Marques Amaral Coordenadora do COEP-UFMG

Ja Pent Amorio Cerlos, 967 - Crobale Advancembre F - Provide - Salo 2001 - Cap 31276-001 - Abbatil Tolerias (811) 3409-4502 - crost populpopolologia

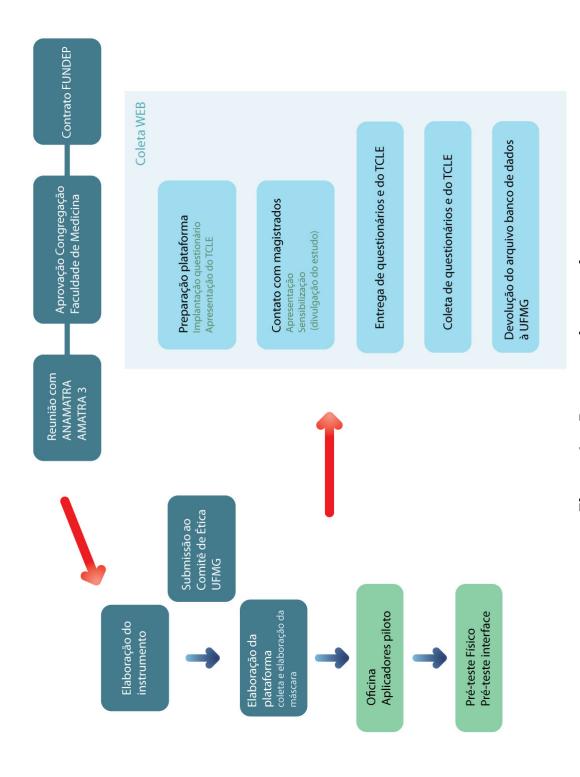


Figura 1 - Processo da pesquisa

PRINCIPAIS RESULTADOS

Características gerais da amostra

Responderam ao questionário, disponibilizado em um site independente e profissional da WEB, 706 (20,6%) magistrados trabalhistas associados. A proporção de homens (48,7%) e mulheres (50,7%) foi semelhante na amostra. Predominou a faixa etária de 35 a 46 anos (43,6%), respondentes que se declararam brancos (77,8%) e que vivem acompanhados (76,3%), com filhos (70,5%). A metade dos respondentes trabalha a mais de dez anos na profissão. A proporção de juizes substitutos foi ligeiramente maior (44,7%) do que a de titulares (41,6%).

Trabalho intenso

As respostas convergem para uma situação que pode ser nomeada de *trabalho intenso*, pois 45% dos sujeitos se deitam depois da meianoite e 17,9% se levanta antes das 5 horas por causa do trabalho, totalizam-se 84,4 % magistrados que costumam trabalhar em casa.

São preocupantes as respostas que indicam invasão da vida extratrabalho, pois 64,3% declararam trabalhar nas férias e 70,4% aos finais de semana *mesmo estando muito cansado*. Destaca-se que 18% dos sujeitos não realizam pausas durante a jornada e 69,5% se alimentam em horários irregulares por causa do trabalho.

Condições precárias

Sobre as condições de conforto, cadeiras e mesas e recursos técnicos e equipamentos foram considerados precários (ou em estado razoável) pela maioria dos respondentes. Ventilação, temperatura e



iluminação do ambiente de trabalho foram consideradas precárias por 48,9%, 40,8% e 34,7% dos respondentes, respectivamente.

As respostas concernentes às posturas adotadas durante ao trabalho demonstram consistência interna do estudo (considerando a percepção acerca das condições das mesas e cadeiras), pois 79% relataram posturas com desconforto às vezes ou sempre.

Situação de saúde

Nos últimos 12 meses, 33,2% estiveram de licença-médica e, nos últimos 30 dias, 26% deixaram de realizar tarefas habituais devido a algum problema de saúde. Surpreendentemente, 36,6% não foram vacinados contra hepatite B.

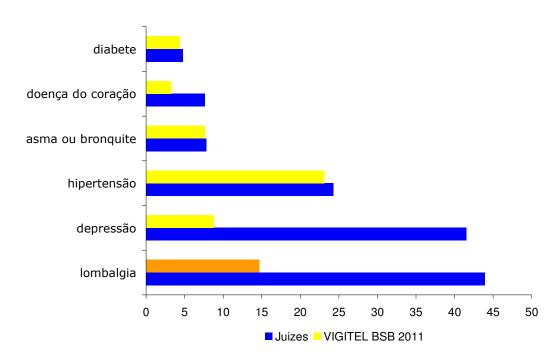
Para contornar alguns limites do estudo transversal que não permite inferências causais, pois ao fazer um "retrato" produz apenas um instantâneo da realidade objeto do estudo², as taxas obtidas são comparadas aos semelhantes realizados no mesmo período.

Assim, para efeitos de análise, serão comparados os resultados obtidos com os resultados recentes do VIGITEL (Ministério da Saúde) que inquiriu ao telefone 54 mil cidadãos nos 26 estados brasileiros + DF. Paralelamente, respostas atinentes às condições específicas de trabalho e a sintomas gerais (não abordados no VIGITEL) serão comparadas aos resultados obtidos de inquéritos em populações do setor saúde e das urgências urbanas que foram estudadas paralelamente ao estudo dos magistrados.

² diferente de um estudo longitudinal que acompanha sujeitos e eventos para atestar origem e desfecho de saúde



Comparação das frequências das respostas obtidas com os resultados do VIGITEL na amostra de Brasília³



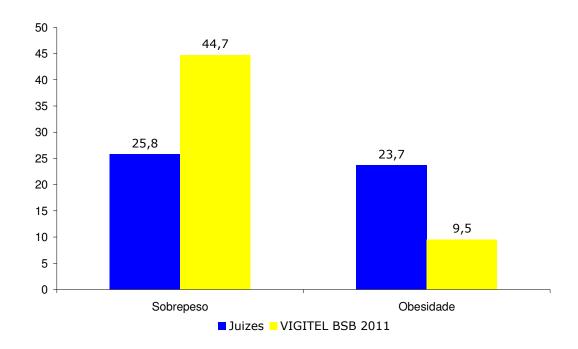
Notar que a proporção de magistrados que relataram doença do coração, hipertensão e depressão (diagnosticadas por médico) é maior do que a proporção dos respondentes da população geral de BSB quando inquiridos por meio das mesmas questões. Lombalgia (43.9 %) não fez parte do inquérito VIGITEL, por esta razão a taxa foi comparada àquela de 14,7% obtida em um inquérito realizado em Salvador⁴.

³ Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Vigitel Brasil 2010: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

⁴ ALMEIDA, I.C.G.B et al. Prevalência de dor lombar crônica na população da cidade de Salvador. Rev Bras Ortop. 2008;43(3):96-102



Índice de massa corporal - Comparação com os resultados do VIGITEL na amostra de Brasília



Ainda em comparação aos dados do VIGITEL, os magistrados encontram-se em desvantagem - 23,7% - em comparação aos 9,5% de cidadãos que apresentam IMC^5 compatível com obesidade, segundo VIGITEL em BSB.

⁵ Índice de Massa Corporal (obtido pelo cruzamento dos dados altura e peso informados no questionário)

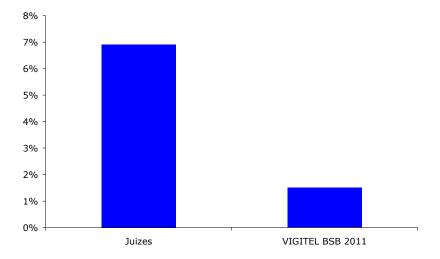


Você classificaria seu estado de saúde como

	N°	
Muito bom	112	16,82 %
Bom	302	45,35 %
Regular	185	27,78 %
Ruim	46	6,91 %
Muito ruim	5	0,75 %
Não quero responder	16	2,4 %
Total	666	100

Enquanto a pesquisa VIGITEL sinaliza que 1,5 % dos respondentes de BSB classificam como sendo ruim o seu estado de saúde, entre os magistrados a proporção encontrada foi 6,9%.

Estado de saúde ruim - Comparação com os resultados do VIGITEL obtidos na amostra de Brasília





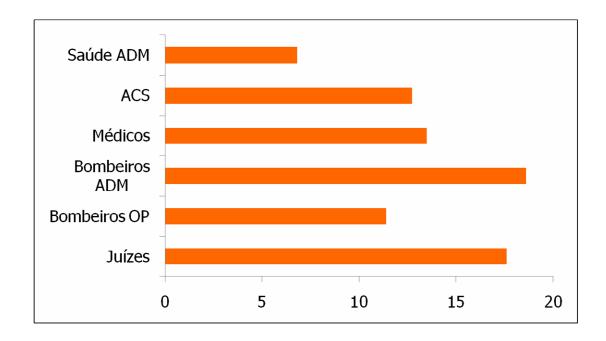
Uso de medicamentos

Quanto ao uso de medicamentos para depressão e ansiedade, a proporção (17,5%) de magistrados que fazem uso é maior do que as taxas encontradas entre Profissionais administrativos do setor saúde de BH (Saúde ADM), Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Médicos e Bombeiros de BH (Bombeiros OP). No entanto, entre os funcionários administrativos do corpo de Bombeiros de BH (Bombeiros ADM), a proporção (18,6%) foi superior àquela encontrada no presente estudo.

Mais uma vez, verifica-se a consistência interna do estudo dos magistrados. Veja-se: 17,5% informam usar medicamentos para depressão / ansiedade, 41,5% declaram diagnóstico médico de depressão, 53,8% dormem mal, 37,8% estão tristes atualmente, 15,1% tem chorado mais do que de costume, 50.9% são frequentemente ou muito frequentemente vítimas de insônia.



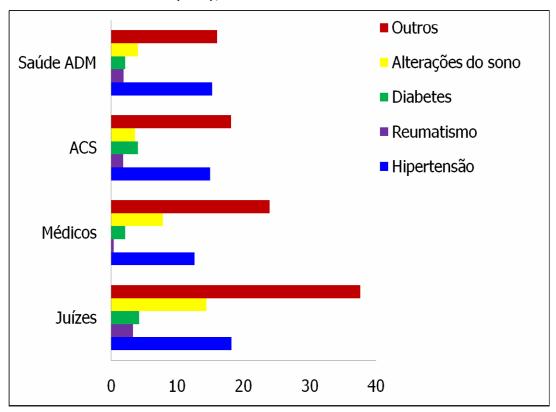
Comparação do relato de uso de medicamentos para depressão / ansiedade entre as categorias: Profissionais administrativos do setor saúde de BH (Saúde ADM), Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Médicos, Funcionários administrativos do corpo de Bombeiros de BH (Bombeiros ADM), Bombeiros de BH (Bombeiros OP).



Em relação ao uso de medicamentos para alterações de sono, diabetes, reumatismo, hipertensão, e para a categoria "outros", maior proporção de juizes consomem as referidas drogas se comparados aos profissionais de outros setores que foram inquiridos recentemente em Belo Horizonte.



Comparação do relato de uso e tipo de medicamento entre as categorias: Profissionais administrativos do setor saúde de BH (Saúde ADM), Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Médicos.



Hábitos e Comportamentos

Apenas 5,6 % fumam atualmente, sendo inferior à cifra de 13,9 % dos habitantes de BSB registrada no relatório do VIGITEL. Quanto às atividades físicas, 70% respondem positivamente à questão *você realiza atividade física no tempo livre*, mas 44,9% declararam que nos últimos meses praticaram atividade física menos de 3 vezes por semana.



Perspectiva

Essa construção permitirá (por meio de análises estatísticas que serão feitas na próxima etapa do tratamento dos dados) identificar o impacto das propriedades que caracterizam o exercício da atividade judicante em seu contexto ambiental e organizacional sobre o estado e os hábitos de saúde dos respondentes (numa e noutra direção).